



PODER

Foro privilegiado opõe Congresso e Supremo

Com apresentação de nova PEC e pressão em Lira para colocar em votação texto de 2017, deputados da oposição se mobilizam para reduzir a prerrogativa, na contramão da Corte, que está a um voto de ampliar o benefício

» ALINE BRITO

A oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Câmara, se movimentou para assumir o protagonismo da discussão sobre o fim do foro privilegiado e, assim, marcar posição contra o Supremo Tribunal Federal (STF). O deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) apresentou, ontem, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa reformar o sistema de foro especial no Brasil.

A matéria altera a sistemática da prerrogativa de foro, sem, contudo, eliminá-la. Pelo texto, deputados e senadores serão julgados pelos Tribunais Regionais Federais (TRFs), com possibilidade de recurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“Dessa forma, garante-se o devido distanciamento das contendas políticas locais e se assegura o duplo grau de jurisdição, inexistente no atual regramento (uma vez que a ação judicial já se inicia na Suprema Corte). Ao STF, reserva-se a competência de dirimir questões eminentemente constitucionais, por via de recurso, como já ocorre em qualquer ação penal”, explicou a equipe do deputado. A proposta precisa de 171 assinaturas de deputados para avançar na Casa e começar a ser debatida.

Na Câmara, há outra PEC que trata sobre o assunto. A proposta 333/2017, que acaba com o foro privilegiado, foi aprovada em 2017 pelo Senado, passou por comissão especial na Câmara e está pronta para ser votada em plenário. Desde 2020, deputados protocolaram requerimentos para que a matéria seja incluída na ordem do dia, mas o texto segue parado.

Na avaliação de parlamentares, apesar de a PEC de 2017 estar mais avançada na tramitação, é mais vantajoso apresentar

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Deputados da oposição querem que o presidente da Câmara, Arthur Lira, pautar a votação da proposta

Cobrança

Os deputados da oposição devem ir ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na próxima semana, para cobrar agilidade em relação à tramitação da proposta que acaba com o foro.

uma nova proposta, já que não seria possível fazer alterações no texto daquela que já foi aprovada no Senado e em comissões. Além disso, deputados avaliam que essa emenda não teria consenso suficiente para ser acatada.

Assim, a PEC iniciada pelo deputado Sóstenes Cavalcante incluiu no texto as mudanças que os parlamentares desejam. De acordo com ele, a proposta já em tramitação na Câmara pode “abrir caminho para indevidas perseguições políticas via Poder

Judiciário, uma vez que é grande a possibilidade de interferência e pressão da política local na atuação da magistratura”. Isso porque o texto propõe que senadores e deputados sejam julgados por um juiz de primeiro grau, na Justiça comum.

A apresentação de uma nova PEC estava sendo discutida na oposição desde o início deste ano, quando parlamentares ligados à direita foram alvos de operações da Polícia Federal, com busca e apreensão

em gabinetes. Entre eles, estavam Carlos Jordy (PL-RJ) e Alexandre Ramagem (PL-RJ), investigados nos inquéritos sobre a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023 e a interferência na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), respectivamente.

Em meio ao andamento dessas investigações, há a preocupação com o destino do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), alvo de inquéritos sobre a tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, com as movimentações que levaram aos ataques nos prédios dos Três Poderes, no início do ano passado. Com isso, senadores e deputados passaram a pressionar para que o Congresso tome alguma providência capaz de impedir o que eles chamam de “perseguição política”.



Como líder da oposição na Câmara, já estou me organizando para, a partir da próxima semana, ouvir com atenção a posição dos meus pares sobre o tema, buscando articular em favor da apreciação do texto”

Filipe Barros
(PL-PR), deputado

com que ações contra essas autoridades continuassem tramitando na Corte mesmo após o fim do mandato. A decisão amplia o poder dos magistrados do Supremo sobre ações envolvendo parlamentares e outras autoridades.

“O entendimento atual reduz indevidamente o alcance da prerrogativa de foro, distorcendo seus fundamentos e frustrando o atendimento dos fins perseguidos pelo legislador. Mas não é só. Ele também é contraproducente, por causar flutuações de competência no decorrer das causas criminais e por trazer instabilidade para o sistema de Justiça”, observou o ministro.

Os ministros Cristiano Zanin, Dias Toffoli, Flávio Dino e Alexandre de Moraes acompanharam o voto do relator para aumentar a prerrogativa, indo, assim, na contramão do que quer o Legislativo. Falta apenas um voto para formar maioria — o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do presidente do STF, Luís Roberto Barroso.

Na outra ponta, deputados alegam que a mudança de entendimento do STF é uma forma de perseguir parlamentares da oposição e Bolsonaro.

“Se a lei estivesse sendo cumprida, não precisaríamos de uma PEC. A preocupação é que o STF, pensando em perseguir determinados parlamentares ou pegar o Bolsonaro, em 2018, decidiu que os crimes praticados por parlamentares fora do mandato não seriam julgados pelo Supremo, mas agora que querem pegar alguns políticos, mudaram de entendimento”, afirmou o deputado Alberto Fraga (PL-DF), presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara. “É muito estranha essa mudança de posição no STF e é por isso que defendemos a PEC apresentada pelo deputado Sóstenes.”

Cabo de guerra

As articulações sobre o fim do foro privilegiado representam mais um embate entre o STF e o Congresso. Na Suprema Corte, os ministros estão revendo o entendimento sobre a competência penal.

Em 2018, o STF estabeleceu que o foro privilegiado seria aplicado apenas em crimes cometidos por parlamentares, vice-presidente da República, presidente da República, presidentes da Câmara e do Senado, juízes, governadores, ministros e outros durante o mandato e em razão dele.

Na última sexta-feira, entretanto, o STF voltou a debater o mecanismo jurídico, e o relator da ação, ministro Gilmar Mendes, votou para que o alcance seja ampliado. Na prática, isso faria

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Pacheco sobe o tom contra governo nas desonerações

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fugiu ao seu estilo mineiro, ontem, e disse que a medida provisória do governo que reonerava as folhas de pagamento de empresas e municípios “só gerou atraso e instabilidade”. Pacheco respondeu a declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que se disse surpreso com a decisão do presidente do Senado. Nos bastidores, a equipe de Haddad qualificava a decisão como “susto” e “pancada”.

Ao mesmo tempo em que Haddad se dizia surpreso, Pacheco reiterava de público que o governo sabia do posicionamento do Senado contrário à reoneração. E que havia avisado também que o assunto não seria resolvido por medida provisória, como pretendia o governo. As medidas provisórias têm vigência imediata de seis meses, mas precisam ser referendadas pelo Congresso para não perderem a validade.

No governo, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, segundo Pacheco, estava informado da sua decisão. De certa forma, o susto e a surpresa de Haddad revelam falta de

comunicação entre a equipe econômica e o Palácio do Planalto. Para o presidente do Senado, não existe constitucionalidade na medida provisória que revogava uma lei promulgada pelo Congresso, a da desoneração. Cerca de 3 mil prefeituras estão sendo beneficiadas, num ano em que prefeitos e vereadores pressionam intensamente o Congresso.

Caducaram trechos da MP que reoneravam a folha de pagamento de cerca de 3 mil prefeituras com população abaixo de 135 mil habitantes. Entretanto, Pacheco manteve a perspectiva do entendimento: “Governo teve e ainda tem tempo para propor o modelo que deseja de desoneração, via projeto de lei. Se for um modelo justo, certamente será aprovado”.

O caso das desonerações é mais um lance da queda de braço do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Congresso sobre a gestão do Orçamento da União. Com ampla maioria conservadora, tanto o Senado quanto a Câmara são refratários a aumentos de impostos, pelo contrário, querem reduzi-los, com a aprovação de renúncias

fiscais significativas, à revelia do governo. Ao mesmo tempo, aumentam os gastos com emendas parlamentares ao Orçamento da União. Como a conta não fecha, o programa de investimentos do governo é sacrificado, o que interessa à oposição.

As emendas parlamentares ao Orçamento da União saltaram de R\$ 6,14 bilhões em 2014 para R\$ 44,67 bilhões em 2024. Representavam 4% das despesas discricionárias em 2014, agora chegaram a 20%, neste ano. As transferências federais para estados e municípios representavam 83% dos recursos discricionários em 2014 e agora somam 54% do total, o que mostra uma tendência de descentralização política, com a transferência da intermediação de demandas e interesses municipais do Executivo para o Legislativo.

Semipresidencialismo

Como a maioria das emendas obedecem a interesses eleitorais locais e imediatos, os projetos estruturantes do desenvolvimento do governo Lula dão

lugar à pulverização dos recursos federais. O Congresso não tem meios nem quadros para gerir esses recursos com qualidade. Tampouco responsabilidade em relação às políticas públicas nacionais, que acabam muito prejudicadas.

Entretanto, não há a menor possibilidade de rever esse processo no sentido de centralizar a gestão dos recursos no Executivo. O Congresso não aceita, as emendas parlamentares são um instrumento de reprodução dos atuais mandatários, beneficiados por enorme disparidade de meios nos processos eleitorais, em relação aos candidatos sem mandato. Qualquer tentativa no sentido contrário esbarra em ferrenha oposição do Congresso, até porque o aumento do valor das emendas, que são impositivas, deu mais autonomia política aos deputados e senadores.

Esse processo começou no governo de Michel Temer, que empoderou o Congresso e defende a adoção do semipresidencialismo. Presidente da Câmara por duas vezes, ao assumir a Presidência, com o impeachment de Dilma Rousseff, Temer

adotou o compartilhamento de poder com o Congresso por meio da execução orçamentária, ao mesmo tempo que aprovou medidas para evitar o loteamento de cargos nas estatais da União.

No governo Bolsonaro, o poder dos parlamentares aumentou ainda mais, com o empoderamento do Centrão. Por causa do escândalo das “rachadinhas”, no começo de seu governo, Bolsonaro temia um impeachment e praticamente entregou o Orçamento da União para o Congresso. Lula assumiu o governo com uma bancada minoritária no Congresso e não tem a menor condição de reverter esse processo; precisaria de uma maioria parlamentar robusta, que não existe.

Em qualquer lugar do mundo, um Congresso de maioria conservadora tem a tendência de reduzir impostos e forçar o governo a enxugar gastos com pessoal, políticas públicas e investimentos. Mas no caso atual não é o que acontece com os gastos de investimentos, que o Congresso abocanhou. Vivemos uma espécie de “semipresidencialismo irresponsável”.